

A POLÍTICA DE PRODUÇÃO HABITACIONAL POR MUTIRÕES AUTOGERIDOS

CONSTRUINDO ALGUMAS QUESTÕES

CIBELE SALIBA RIZEK
JOANA BARROS
MARTA DE AGUIAR BERGAMIM

RESUMO *Este artigo busca discutir a produção de habitação social através dos chamados mutirões autogeridos, pondo em relevo a constituição e a mudança do caráter por que passou este tipo de política, entre os anos 80 e 90. Trata-se de tematizar como – a partir de um ideário emancipatório que apostou na autonomia dos movimentos sociais e da sociedade civil diante de políticas sociais centralizadas no Estado, urdidas no período da ditadura militar – chega-se a uma política cujas dimensões da autonomia mudam de caráter, legitimando ou podendo legitimar ações assentadas no uso do trabalho gratuito dos futuros usuários, que produzem unidades habitacionais financiadas por fundos públicos alinhados com as dimensões de uma gestão das precariedades.*

PALAVRAS - CHAVE *Mutirão autogerido; política habitacional; direitos sociais.*

UMA QUESTÃO E SUA HISTÓRIA

Duas discussões parecem ser importantes no quadro desta problematização dos chamados mutirões autogeridos como forma de produção de habitação social. A primeira diz respeito às formas como, desde os anos 70, a crítica ao desenvolvimentismo mudava os rumos da reflexão e do pensamento social no Brasil. A segunda diz respeito às formas pelas quais esta crítica, a exemplo do que ocorrera com o nacional-desenvolvimentismo e suas variantes, repercutiria em outros campos da produção intelectual e estética, vinculando áreas diversas entre si, tais como a discussão da arquitetura, de seu lugar social, de suas possibilidades de democratização e a compreensão dos movimentos e lutas sociais e urbanas. Estas dimensões se cruzam, como se verá, em um conjunto de heranças que se constituiriam, nos anos 80, no âmbito das questões e das lutas pela democratização, dos atores e movimentos sociais, da afirmação de sua autonomia e do tema da “autogestão”. O tema da autogestão em relação aos movimentos de moradia pressupõe, em tese, a gestão autônoma dos recursos provenientes dos fundos públicos para o financiamento da produção habitacional, a autogestão do trabalho de produção em canteiro e a autogestão do projeto de moradias, a ser discutido com os movimentos por habitação e futuros trabalhadores/usuários. Esta dimensão foi importante no seu contraponto às políticas do BNH e COHAB que espalharam conjuntos habitacionais de péssima qualidade e com altos custos, nas periferias longínquas das cidades, encarecendo o custo da infra-estrutura

1 Pesquisa em curso sob a coordenação da Usina – Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado do Cenedic – Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania da FFLCH/USP. Marta Bergamin foi bolsista de aperfeiçoamento da pesquisa, e Joana Barros, pesquisadora da rede, contribuiu com seu trabalho e sua experiência com os mutirões, tanto na elaboração do projeto como no trabalho de campo. A pesquisa foi financiada pela Finep e pelo CNPq.

2 A idéia de uma escola de arquitetura paulista – a “escola paulista” – tem origem na figura de Vilanova Artigas e de suas idéias e práticas fundadoras no âmbito da Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo. Além do chamado “brutalismo paulista”, proposta estética de Artigas, que teve uma importante vinculação política e que lhe valeu a cassação durante a ditadura, bem como de todo um conjunto de discussões no âmbito da arquitetura moderna brasileira. Seu papel fundador nesta vertente paulista, para além da caracterização desta arquitetura como escola, é indiscutível. Esta arquitetura, que aposta na técnica como eixo de expressão, ainda que combinada com formas artesanais de trabalho, foi questionada em seus princípios éticos e políticos pela chamada “arquitetura nova”. Ver especialmente Buzzar (2002).

3 Trata-se da discussão que, diante do quadro político da ditadura militar, desfazia velhas esperanças na possibilidade do desenvolvimentismo e da hegemonia burguesa que redundaram na eclosão da ditadura militar e no inequívoco apoio das classes dominantes a este regime político.

4 Cf. depoimento de Sérgio Souza Lima, fevereiro de 2002.

5 Interessante notar que a discussão “paulista” incorporou desde os anos 60 e 70 as dimensões do trabalho no interior da produção da arquitetura. Esta questão é ainda mais importante por induzir a uma forma que pretendia discutir e problematizar a mão do trabalhador e seus vestígios nas obras, assim como os processos pelos quais, ao contrário das expectativas anteriores, a construção civil permanecia como atividade artesanal, “arcaica”, distante da transformação industrial e da produção em série que estava suposta e indicada pelas esperanças desenvolvimentistas.

urbana e contribuindo para os processos de segregação socioespacial das cidades. No processo de investigação em curso Procedimentos Inovadores de Produção de Habitação para População de Baixa Renda,¹ observou-se que os sentidos produzidos por um processo de autogestão são bastante plurais, de modo que há processos assim denominados que incluem a participação de construtoras e grandes escritórios; há processos em que a população tem menos acesso ao controle e gestão dos recursos; e há casos, considerados mais virtuosos, em que estão presentes dimensões de autogestão em todos os momentos do processo, como aconteceu em pelo menos dois conjuntos construídos por mutirão em São Paulo – União da Juta e Cazuzu.

No âmbito da formação das experiências e, posteriormente, das políticas de mutirão, é preciso ressaltar a construção de um repertório que se encontra na origem de um dos atores sem os quais os mutirões estariam confinados às práticas espontâneas de ajuda mútua na construção de habitações precárias e periféricas. Este repertório e as dimensões emancipatórias a ele associadas estão, assim, na origem da constituição das assessorias técnicas aos movimentos por habitação.

Um conjunto de trabalhos recentes procura discutir a trajetória que constitui estes atores, no âmbito da história da produção habitacional brasileira, e do que se pode designar – ainda que de forma problemática – de “escola paulista” e seus sucessores, parcialmente alheia ou esquecida pela historiografia oficial da arquitetura e da cultura no Brasil² (Buzzar, 2002). Trata-se do que os próprios participantes denominaram de Arquitetura Nova, cuja constituição passou pelos grupos de estudo onde se encontravam, entre outros, Sérgio Ferro, Rodrigo Lefèvre, Flávio Império, por um lado, e Francisco de Oliveira, Roberto Schwarz e outros intelectuais que fizeram parte dos grupos de discussão sobre o marxismo e as obras de Marx ou suas releituras, para além de formas mais ou menos canônicas da sua recepção no Brasil.³ Aí se entreteciam as críticas ao desenvolvimentismo, aos processos de modernização, à própria face brasileira da modernização.⁴ Aí também tem lugar a crítica e, ao mesmo tempo, a continuidade da discussão que vinculava arte, técnica, ética e estética, referindo-as a outras figurações do “povo” brasileiro, que comparecia no interior desta reflexão, principalmente em relação ao caráter, ao lugar e às formas do trabalho.⁵

Das dimensões do trabalho e do seu lugar também foi possível iniciar uma reflexão no âmbito da produção sobre as dimensões econômicas e sociopolíticas brasileiras que, trinta anos depois, ainda inquieta e incomoda: a produção de habitação popular por mutirão comparece em um texto já clássico – A crítica da razão dualista – em algumas de suas indagações. Vale a pena recuperar percursos e argumentos de Francisco de Oliveira sobre a produção de habitação, a dinâmica da urbanização e suas especificidades, lidas à luz de uma teoria da acumulação do capital, o que permitiu problematizar não apenas as dimensões atrasadas ou arcaicas, mas sobretudo aquelas que, modernas, se imbricavam na reprodução mesma daquilo que, em um momento anterior, se supunha em regressão ou em extinção.

Em entrevista concedida a uma das autoras deste texto, a inserção da questão da habitação se esclarece, como caminho de duas mãos.

Eu tive a sorte, naqueles anos, de andar metido com escolas de arquitetura (...) Quando na verdade, eu fiquei conhecido de um grupo de arquitetos da FAU: Rodrigo Lefèvre, Sérgio Ferro... (...) Eu dei um curso lá na FAU, quando Juarez Brandão quis me levar para lá. O curso foi basicamente sobre economia brasileira. E eu tinha conhecido Sérgio Ferro e, nesta ocasião – foi 1971 – todos descemos para Santos, onde se criou a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Na verdade, foi o Bolafi que assumiu e passou para mim [a disciplina] de

Fundamentos Econômicos da Urbanização. Aí estava Rodrigo que dava aula de projeto, estava Sérgio Ferro, enfim... Estava Maiyumi de Souza Lima, Sérgio de Souza Lima, estava o Heck, uma turma grande (...) E eles tinham feito uma pesquisa, Sérgio Ferro e Rodrigo Lefèvre coordenaram uma pesquisa sobre mutirões na Baixada Santista. E eles me deram um rolo de questionários (...) Quando aquilo caiu na minha mão, eu tive um estalo de Vieira. Estava lá. Tinha uma pesquisa de orçamento familiar, devia ser tosca do ponto de vista estatístico, eu não sei bem como eles fizeram. Mas você vê que estas coisas têm pouca importância. Aí bateu nas minhas mãos e para enorme surpresa deles todos, e minha também, a maioria [dos entrevistados] tinha casa própria. Casa própria ganhava “de lavada”, ali nos piores lugares da Baixada Santista, nos lugares mais pobres de Santos. Evidentemente, a semântica burguesa chama um barraco de casa própria. Pela qual, evidentemente, não pagavam nada (...) E eles que eram apaixonados, sobretudo Rodrigo, pelo tema da construção popular e da moradia popular e das formas, dos processos de trabalho que a classe dominada, proletária, ainda dominava... Eles eram apaixonados por esta história, trabalho da construção, da autoconstrução... o saber popular [de uma técnica de construção], como que se transmite, como é que ainda é preservado – por esta razão, eles tinham no questionário questões referentes a como tinha sido feita a casa: se contratada, se comprada, se Caixa Econômica, todas as formas – e a forma mutirão apareceu e ganhava “de lavada”. Eu disse: aqui está a chave! Isso aqui é o custo de reprodução da força de trabalho. A chave desse mostrengo tem uma peça que está aqui; foi dada assim, de graça, e eu recebi nas mãos e isso está incluído na Crítica à razão dualista como um dos exemplos de rebaixamento do custo de reprodução.⁶

⁶ Entrevista concedida a Cibele Saliba Rizek, em fevereiro de 2001.

No texto em questão os temas habitação autoconstruída e a cidade são conformados do modo que se segue:

As cidades são, por definição, a sede da economia industrial e de serviços. O crescimento urbano é, portanto, a contrapartida da desruralização do Produto e, neste sentido, quanto menor a ponderação das atividades agrícolas no Produto, tanto maior a taxa da urbanização. Portanto, em primeiro lugar, o incremento da urbanização no Brasil obedece à lei do decréscimo da participação da agricultura no Produto total. Sem embargo, apenas o crescimento da participação da indústria ou do setor Secundário como um todo, não seria o responsável pelos altíssimos incrementos da urbanização no Brasil. Esse fato levou uma boa parcela dos sociólogos no Brasil e na América Latina a falar de uma urbanização sem industrialização e do seu xipófago, uma urbanização com marginalização. Ora, o processo de crescimento das cidades brasileiras (...) não pode ser entendido senão dentro de um marco teórico onde as necessidades da acumulação impõem um crescimento dos serviços horizontalizado, cuja forma aparente é o caos das cidades. Aqui, uma vez mais é preciso não confundir “anarquia” com “caos”; o “anárquico” do crescimento urbano não é “caótico” em relação às necessidades da acumulação: mesmo uma certa fração da acumulação urbana, durante o longo período de liquidação da economia pré-anos 30, revela formas do que se poderia chamar, audazmente, de “acumulação primitiva”. Uma não insignificante porcentagem das residências das classes trabalhadoras foi construída pelos próprios proprietários, utilizando dias de folga, fins de semana e formas de cooperação como o “mutirão”. Ora, a habitação, bem resultante dessa operação se produz por trabalho não pago, isto é, supertrabalho. Embora aparentemente esse bem não seja desapropriado pelo setor privado da produção, ele contribui para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho – de que os gastos com habitação são um componente importante – e para deprimir os salários reais pagos pelas empresas. Assim, uma operação que é, na

7 Ver, sobre este ponto de vista, Pedro Arantes (2000), Ana Paula Khoury (1999) e Miguel Buzzar (2002).

8 Para além das questões colocadas pelo texto, é possível identificar aí um carácter de manifesto que sacrifica qualquer precisão teórica destas questões. A mistura entre cultura popular e erudita no quadro de uma nova cultura de massas indica algo desta confusão bem detectada por Buzzar (2002).

9 As primeiras experiências de produção de habitação por mutirões oficiais datam dos anos 80 em São Paulo, no governo municipal de Mario Covas. Quando o Partido dos Trabalhadores passa a governar a cidade de São Paulo, o Funaps (Fundo de Financiamento de Habitações) é rearticulado e passa a abrigo várias linhas de financiamento habitacional, que receberam o nome de Funaps Comunitário e Funaps Vertical, constituindo-se em política para mutirões autogeridos, Funaps Favelas e Funaps Cortiços (este último o que menos pôde avançar). Em toda negociação entre o movimento de moradia e o poder público a contrapartida oferecida foi o trabalho que viabilizaria a produção de unidades habitacionais de melhor qualidade com baixos custos, assim como a adaptação dos projetos de arquitetura às demandas dos moradores.

10 Algumas matrizes de reflexão sobre a prática e o saber da arquitetura, bem como sobre suas possibilidades de democratização, também foram fundamentais. Estas matrizes se constituíram no encontro entre outras experiências latino-americanas, especialmente uruguaias (experiência que se constituiu a partir das cooperativas habitacionais dos sindicatos), nas contribuições de Turner (1977), na assimilação de novas dimensões técnicas e estéticas, que se articularam nos chamados Laboratórios de Habitação, em especial no curso de Arquitetura da Belas Artes, em São Paulo.

11 Segundo os dados levan-

aparência, uma sobrevivência de práticas de “economia natural” dentro das cidades, casa-se admiravelmente bem com um processo de expansão capitalista, que tem uma de suas bases e seu dinamismo na intensa exploração da força de trabalho. (Oliveira, 1972, p.31.)

Para além da dimensão que antecipa a discussão da lógica da desordem urbana, tal como se configura no livro *São Paulo 1975, crescimento e pobreza* (Brandt et al. 1979), o texto citado deu origem a uma polémica que ainda vive e que paira como sombra sobre o carácter virtuoso desta forma de produção da habitação social, mesmo que seja possível supor uma alteração de seus termos.

Por um lado, as dimensões críticas em relação aos processos de modernização no Brasil se espriavam, questionando as posições assumidas pela hegemonia do desenvolvimentismo e das teorias da modernização em suas múltiplas faces.⁷ Nasceram as discussões que colocavam as formas de cooperação e o saber popular como laboratório do futuro, pensado como possibilidade de uma nova sociedade. Todo um novo modo de conceber as relações entre o trabalho físico e o intelectual, assim como de repensar as suas hierarquias no interior do processo produtivo, toda uma crítica da divisão social do trabalho, inspirada nas concepções de Marx e, posteriormente, de Gorz, ganhavam corpo como uma espécie de experimento emancipatório a se realizar nos processos de trabalho da construção civil.

Na produção intelectual dos arquitetos é possível encontrar os temas da autoconstrução em mutirão na chave das práticas de participação e democratização da habitação e da cidade. O tema vai sendo assim construído em conjunto com a questão do engajamento do arquiteto e a democratização da arquitetura, com uma nova estética, diversa daquela que valorizava a indústria e a industrialização das construções como meio de democratizar a habitação, seu vínculo com a cultura popular e com um outro projeto de construção da nação, para além da aposta nas dimensões virtuosas da hegemonia industrial, moderna e burguesa (Arantes, 2000, p.52).

Qual é o espectro de condições desta transição em que a autoconstrução como germe do futuro fazia sentido como democratização das práticas da arquitetura, como pedagogia e como autonomia em face de uma política habitacional de baixa qualidade e insuficiente, centralizada no Estado? A resposta é inequivocamente relativa às condições de transição para o socialismo, em que novas condições de vida e de produção deveriam ser inventadas (Arantes, 2000, p.53). Cultura rural em transição e encontro com a cultura urbana, formação de uma nova cultura, ao mesmo tempo popular, artesanal, solidária e científica, industrial e de massas,⁸ na reinvenção dos sujeitos, sociedade, espaços, natureza e cidades, tais eram os sentidos desta proposta investida de conteúdos utópicos claramente denominados como tais.

Um longo percurso acabou por transformar este ideário em política oficial, ainda no interior da década de 1980,⁹ retirando-lhe porém as dimensões relativas à autogestão e às possibilidades de emancipação futura. Ao mesmo tempo, neste mesmo período, várias experiências tiveram lugar, retomando ou mesmo ampliando esta pauta na busca da diferenciação entre os programas oficiais e os discursos e práticas emancipatórias empreendidas pelos movimentos por habitação e suas ocupações, os laboratórios de habitação e este *mix* de práticas profissionais combinadas às práticas militantes de arquitetos e estudantes de Arquitetura pelos territórios das periferias das grandes cidades, especialmente em São Paulo.¹⁰

As dimensões desta experiência, vista e vivida como inovadora, colada aos movimentos por moradia, às ocupações que ao longo dos anos 80 tiveram lugar,¹¹ ainda estão por ser avaliadas à luz dos processos posteriores. Mas é interessante perceber como estas di-

mensões e práticas se imbricavam no universo dos anos 80, com suas lutas pela democratização, com a discussão dos movimentos sociais, com as questões relativas à autonomia dos movimentos perante o Estado, com a cena de uma sociedade civil que se articulava em processos de democratização que tiveram os sindicatos e suas lutas como momento fundador. Também não é demais lembrar a importância e a centralidade do movimento sindical neste processo de organização e mobilização do que cada vez mais se considerava como o novo lugar da política: as relações sociais, as práticas cotidianas, os chãos de fábrica, as lutas pelo acesso aos transportes, por moradia, creches, saúde, os clubes de mães, os movimentos e as lutas das mulheres, todo um conjunto de demandas que de um modo ou de outro se combinavam com os anseios e movimentos pela democratização do País.¹²

No interior deste processo alguns atores se constituem como elementos de articulação, por um lado, e de politização, por outro, nos movimentos por moradia e em seus fóruns. Trata-se do processo de formação das assessorias aos movimentos que acabam por ocupar um lugar central não apenas na produção de habitação social por mutirões autogeridos, mas também como eixo de um conjunto de transformações desta forma de produção de habitações em política ao mesmo tempo oficial e alternativa, especialmente durante o governo municipal de Luíza Erundina.¹³

Este tipo de produção de moradias tangenciava e se transformava em programas oficiais de habitação de múltiplas formas: por um lado, há programas federais, estaduais e municipais; e, ao mesmo tempo, preservavam-se os resquícios de sua constituição nos marcos de um ideário de autonomia em relação ao Estado, marcado pelas práticas dos movimentos de moradia, que se supunham e se queriam emancipatórias. Entretanto, na passagem dos anos 80 para os anos 90 algumas transformações acabaram por demarcar as mudanças das cenas urbana e política, e por alterar de forma significativa seus sentidos.

Assim, é preciso notar como, ao longo das duas últimas décadas, se desvaneceram algumas das críticas contundentes tanto à assimilação do mutirão como política oficial, como às dimensões que a ele se associaram de modo cada vez mais integrado. Os mutirões promovidos pela CDHU na gestão Mario Covas (1994-2001), que assumiu o papel de “Pai dos Mutirões”, não conservaram os traços de autogestão que marcavam o início deste programa. Retirou-se a possibilidade de projetos elaborados pelas assessorias técnicas, produzindo conjuntos próximos aos construídos pelo Programa Empreitada Global, também da CDHU.¹⁴ Reproduziram-se, assim, algumas características clássicas da produção da habitação, inclusive seu uso como forma de cooptação política, de atualização das formas de clientelismo,¹⁵ de política que avaliza formas especulativas com reservas de mercado para algumas empresas etc. Por outro lado, nos mutirões que se mantiveram como autogeridos, até mesmo aqueles que conseguiram quebrar as propostas da CDHU, acabaram por desenvolver “programas de geração de emprego e renda”, eles também elevados à condição de política oficial através de parcerias e cooperações de todos os tipos (as formas de “cooperação internacional”, parcerias entre Estado e ONGs, entre agências diferentes ou programas diversos que criam e/ou atendem “comunidades” de sem-teto, favelados, população de risco, mutirantes, encortiçados etc.), o que acabou por ampliar os sentidos e o espectro “pedagógico” do mutirão, e por ocultar algumas de suas características, seja porque a produção de conflitos não é contemplada pela literatura, seja porque novas formas de justificativa deslocaram a crítica que tinha como centro a articulação das formas de produção arcaicas e modernas, sua problematização com base no lugar do trabalho e nas formas de acumulação que fazem da cidade seu território privilegiado.¹⁶

tados por Pedro Arantes, entre junho de 1981 e maio de 1984 “ocorreram 61 ocupações envolvendo 10 mil famílias, a maior delas na Fazenda Itupu”, em São Paulo. Estas ocupações ocorreram com o apoio das pastorais que abriram espaço para ações cada vez mais planejadas. Note-se também que, para alguns autores, estes arquitetos que atuavam nos movimentos populares acabaram por ser considerados “intelectuais orgânicos” do movimento. Arantes (2000, p.63).

12 Ver a este respeito Eder Sader (1990).

13 O programa habitacional por mutirão e autogestão municipal é herdeiro da elaboração dos movimentos e Laboratórios de Habitação da Belas Artes e da Unicamp. O Programa UMM da CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano de responsabilidade do governo do Estado, foi um programa habitacional de autogestão discutido com o governo do Estado (gestão Fleury) pela UMM (União dos Movimentos de Moradia) e assessorias técnicas a partir de 1991, quando os movimentos estavam fortalecidos por dois anos de gestão municipal petista.

14 Através do Programa Empreitada Global, a CDHU contrata empreiteiras para construção de habitação popular. Usualmente, são prédios de quatro andares sobre pilotis, com unidades habitacionais de 42m², totalmente construídos e geridos pelas empresas. O Programa de Mutirão viabiliza a construção de unidades habitacionais por mutirão através de contrato firmado entre a CDHU e a associações de moradores. Os recursos são gerenciados por estas associações, mas, em parte dos conjuntos, notadamente aqueles apelidados de “paitiros” cujas associações têm práticas políticas pouco autônomas, o projeto e a obra têm um sistema construtivo fixo, fornecido por poucas empreiteiras, o que engessa o orçamento da

obra. Além disso, o acompanhamento da obra é feito por um escritório de arquitetura que não necessariamente tem qualquer relação com os movimentos de habitação. À associação cabe a responsabilidade legal pelo financiamento e o trabalho em mutirão no canteiro.

15 Em visita recente para realização de trabalho de campo da pesquisa mencionada em Fortaleza, um caso especialmente chamou atenção: trata-se de um mutirão autogerido, pelo menos em tese, próximo ao centro de Fortaleza, cuja principal liderança recebe uma “ajuda de custo”, de R\$ 300,00 por mês, além de ter pagas as prestações de seu carro zero km, por uma deputada estadual, por sua vez, madrinha do mutirão. Essa líder comunitária é contratada pela prefeitura há 14 anos para fazer a supervisão e gerenciamento dos problemas das associações de “mutirantes”.

16 Pedro Arantes, por exemplo, assim como muitos outros autores vinculados organicamente à produção de habitação por mutirão, evita ou apenas contorna a difícil discussão do trabalho pouco problematizado dos mutirantes. Algumas das consequências deste tipo de uso do trabalho serão discutidas posteriormente, mas o mote “mais autogestão, menos mutirão” parece apontar para o reconhecimento das dimensões dilemáticas e problemáticas desta questão – a incorporação necessária de trabalho não-pago. Ver Arantes (2002).

17 Algumas diferenças, é bom enfatizar, supõem a presença ativa não apenas da demanda, mas dos movimentos organizados por moradia, a mediação das assessorias técnicas comprometidas com estes movimentos, a produção conjunta do desenho, a decisão de contratar ou não serviços externos, a gestão independente e transparente dos recursos públicos que financiam a obra. Apesar de todos estes elementos é bom ainda frisar que há um enorme potencial de conflu-

Desaparecem assim os argumentos que, partindo das dimensões da acumulação do capital e de suas especificidades na periferia do mundo capitalista, serviram para fazer a crítica dos processos de modernização e de seu ideário. Como em um passe de mágica, a “autogestão” dos recursos financeiros obtidos pelos programas oficiais e a duríssima gestão do trabalho no canteiro (gestão que, diga-se de passagem, se articula com base nos conhecimentos técnicos e de produção das assessorias, introduzindo uma hierarquização inquestionável no processo de trabalho) passa a ser vista como capaz de eliminar as formas pelas quais produção e consumo se articulam na dinâmica da reprodução ampliada do capital e de suas formas específicas de acumulação no Brasil.

Se é preciso diferenciar os mutirões realizados pelos programas oficiais dos chamados mutirões autogeridos,¹⁷ também é necessário reconhecer os limites destes processos e mecanismos de autogestão, tanto nas conformações do trabalho no canteiro, como na administração autônoma de recursos financeiros *insuficientes* para a produção das unidades de moradia.¹⁸ Da autonomia caminha-se para uma forma consentida e vista como virtuosa de gestão da precariedade, da necessidade, da falta da casa – elemento estruturador das possibilidades de acesso à cidade –, assim como para a produção de territórios urbanos caracterizados por uma mistura entre mutirões autogeridos e mutirões oficiais, que demarcam com clareza uma outra forma, bastante específica, de intervenção e produção do espaço urbano pelo Estado.

Também é importante notar algumas outras dimensões deste processo. A primeira diz respeito à transformação de assessorias e escritórios de arquitetura que, nos anos 80, nasciam vinculadas a laboratórios de habitação que se desenvolviam em faculdades de Arquitetura e Universidades, em organizações não-governamentais, seguindo a tendência de “onguização” dos atores sociais (Dagnino, 2002). A segunda é a natureza dos vínculos entre as diferentes esferas e articulações dos movimentos de moradia e estas ONGs em um duplo movimento que englobam, ao mesmo tempo, as atividades militantes e as parcelas nada desprezíveis do mercado de trabalho que se forjam na produção de habitação por mutirões autogeridos. A terceira é a natureza dos territórios urbanos produzidos por este processo. Trata-se de perguntar se estas dimensões resultantes da precarização da vida não acabam por constituir, nas fimbrias da cidade, onde estas práticas se viabilizam quer por ocupação, quer pelo preço dos terrenos, territórios que se constituem pelo seu isolamento e encapsulamento, territórios em que as moradias autoconstruídas não estão integradas no tecido e nos serviços da cidade, apesar de se tornarem “patrimônios” individuais e familiares em longas amortizações, freqüentemente incompatíveis com os parcos rendimentos de seus habitantes.¹⁹ Chama ainda a atenção o uso de recursos que se constituem como fundos públicos nesta produção da face precária das cidades, ou ainda o uso oficial da construção de moradias por mutirões – autogeridos ou não – como forma de produção de novas segregações socioespaciais, tal como parece acontecer quando este expediente acaba por fazer parte da política de modernização e gestão do município ou do Estado, como em Fortaleza.²⁰

Estes processos parecem ser paradigmáticos e talvez sirvam, pelo seu sucesso, como um bom parâmetro para a discussão das formas de organização e mobilização da “sociedade civil”, resultantes dos virtuosos impulsos por autonomia, democratização e emancipação que tiveram lugar nos anos 80. No que se transformaram? Como pensar, duas décadas depois, os esforços que tinham lugar na constituição do que denominávamos, então, sociedade civil? Como entender o percurso deste conceito, assim como o de seus correlatos, cidadania, espaços e esferas públicas, e seu contrário, as dimensões privatizan-

tes que caracterizaram as formas de mando, as várias faces do controle e do poder, assim como as relações entre sociedade civil e Estado no Brasil? Como pensar os territórios e práticas urbanas nas dimensões de um emprego declinante, de novos modos de intervenção do Estado, de novas políticas que se vinculam a parcerias, à filantropia empresarial, à farta emergência de ONGs, à construção de atores que – comprometidos com práticas virtuosas – acabam por se envolver nos mecanismos de administração e gestão de precariedades de todo tipo, às voltas com o Estado e com complexos programas de cooperação internacional imbricados nos padrões de eficiência e produtividade das inversões de capital das agências mundiais? Estas parecem ser questões difíceis, talvez mesmo insolúveis a curto prazo, ainda que atualizem e recomponham o lugar da reflexão acadêmica como lugar da crítica, de sua urgência e necessidade (Rizek, 2003).

CAZUZA E UNIÃO DA JUTA – CONFLITO E VIRTUDE

No quadro das experiências consideradas virtuosas de conjuntos construídos por mutirões autogeridos, estas duas experiências se destacam, tanto por sua qualidade de projeto quanto pela possibilidade de construção verticalizada por mutirão, ou ainda por seu caráter de autogerido.²¹

A primeira experiência – o Cazuzza – localiza-se em Diadema e foi construída em duas etapas: entre 1990 e 1992 e entre 1994 e 1998. A primeira etapa foi financiada pelo Prohap Comunitário, com recursos do FGTS/Caixa Econômica Federal; a segunda, pela Prefeitura de Diadema e pela poupança privada dos mutirantes. Hoje o conjunto conta com 280 unidades habitacionais e a associação de moradores continua organizada ainda que com importante aglomerado de problemas relativos ao próprio estatuto da construção por mutirões.

Uma das questões relevantes parece apontar para as dificuldades relativas ao próprio agente financiador. O Cazuzza juntamente com a Associação de São Bernardo foram os primeiros e únicos mutirões financiados pela CEF através do Programa Prohap Comunitário. Seu financiamento foi conquistado como resultado de diversas caravanas a Brasília promovidas pela UMM, no intuito de pressionar o governo federal a abrir linhas de crédito para habitação popular. Foi com este programa que, pela primeira vez, configurou-se uma política pública na qual o movimento foi nomeado em um contrato público para execução de unidades habitacionais por autogestão.

O contrato com a CEF designava como “contratado” a associação de moradores do Cazuzza, estando sob sua responsabilidade a gestão integral dos recursos a serem aplicados na construção das unidades habitacionais, bem como a contratação de sua assessoria técnica para acompanhamento e gerenciamento dos trabalhos em canteiro e desenvolvimento dos projetos. Era atribuição da associação, prevista em contrato, dispor através de seus sócios da mão-de-obra para a construção destas unidades – mão-de-obra não-remunerada, que trabalhava organizada em mutirão ou ajuda mútua. Neste contrato também figurava a assessoria técnica como “interveniente”, com responsabilidade técnica diante do CREA e demais órgãos fiscalizadores da construção civil, mas cujo vínculo de trabalho ficava estabelecido única e exclusivamente com a associação, responsável também por remunerar este trabalho.

Importa salientar que, embora o programa Prohap Comunitário não tenha financiado nenhum mutirão além destas duas experiências, ele se tornou paradigmático na mon-

tos dos moradores com os órgãos financiadores, entre si e com as assessorias. A problematização dos resultados destes mutirões, para além de todas as discordâncias entre movimentos e assessorias sobre o significado da autogestão, é necessária como reflexão para que se possa detectar os múltiplos sentidos destas práticas, assim como seus deslizamentos recentes.

18 Em seminário recente de desenvolvimento do projeto relativo à pesquisa intitulada “Procedimentos Inovadores de Produção de Habitação para População de Baixa Renda”, que reunia assessorias que trabalhavam com mutirões autogeridos em Fortaleza, Belo Horizonte e São Paulo, ficava clara a falta de consenso a respeito do que cada assessoria entendia como autogestão. Esta dimensão é extremamente relevante na mesma medida em que é a autogestão que supostamente diferencia os mutirões produzidos pelos programas oficiais daqueles que continuam vinculados às práticas emancipatórias e supostamente autônomas.

19 Na citada pesquisa em curso, pelo estudo de alguns casos, mesmo os exemplos mais virtuosos se caracterizam pela emergência de conflitos importantes entre mutirantes e órgãos financiadores, entre mutirantes entre si, entre as bases e as lideranças do movimento e da associação. Estes conflitos, aliados ao desemprego e a dificuldades decorrentes de baixas rendas familiares, têm conduzido a uma grande evasão de moradores de conjuntos como, por exemplo, a União da Juta, em São Paulo, ou o Mutirão 50, em Fortaleza, considerados entre as mais bem-sucedidas experiências de autogestão.

20 Esta informação foi obtida por depoimento de um ex-membro de uma assessoria de mutirões.

21 As duas experiências citadas foram assessoradas diretamente pela equipe da Usina – Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado, em momentos diferentes de sua história.

tagem de programas habitacionais autogeridos posteriores, por configurar o “tripé de parceria” entre poder público, movimento e assessoria técnica como sujeitos independentes e “autônomos”. Além disto, a experiência de construção de prédios de apartamentos por mutirão foi saudada como uma grande vitória dos movimentos de moradia, signo de sua capacidade técnica e de sua potencialidade como agente credenciado na produção em escala de habitação social.

A segunda etapa de construção do Cazuzza foi resultado de um hibridismo de financiamento que misturava fundos de financiamento municipal e poupança particular das 180 famílias envolvidas. Esta etapa, que ficou conhecido como “os 180”, pode ser lida como uma conquista progressiva na casa, resultado das portas fechadas da negociação com o governo federal e da decisão política de lideranças do movimento regional de não ingressar com um pedido de financiamento ao governo do Estado, para continuar pressionando a CEF a reabilitar, deste modo, o Prohap Comunitário. Sua construção foi viabilizada por pequenos contratos com a prefeitura municipal de Diadema para a execução de partes do conjunto, incluído aí até a prática de remessa de material pela prefeitura para o tradicional mutirão. Enfim, um contrato maior com a administração municipal viabilizou a construção das casas, finalizadas em dezembro de 1998. A contraparte da associação era constituída pelo trabalho em mutirão e poupança das famílias para “inteirar” o que faltava dos recursos.

No Cazuzza dos “100”, uma pendência com o INSS indica a invisibilidade social desta forma de trabalho cooperado – o trabalho em mutirão – bem como a dimensão conflituosa e tensa da transformação de uma prática de trabalho em ajuda mútua, considerada resquício arcaico da nossa tradição rural, em política pública que cobra o reconhecimento desta forma de trabalho como elemento passível de enunciação social e pública. Houve dificuldades de reconhecer o estatuto jurídico do trabalho dos mutirantes e a impossibilidade de formalização nos órgãos públicos, como o INSS, acarretaram problemas posteriores para a regularização do conjunto. O episódio aponta para a dificuldade de reconhecimento deste trabalho em mutirão como objeto sobre o qual seja possível o arbítrio coletivo, estabelecendo regras e medidas de sua inserção nos programas de financiamento público. Aponta também para o não-reconhecimento deste trabalho como atividade que possa ser nomeada e contada no arbítrio da previdência e seguridade pública, como parte fundamental da produção social de habitação.

O círculo de não-reconhecimento do caráter contratual e contabilizável do trabalho de mutirão se completa no contrato individual de financiamento que, em nenhuma cláusula, traz qualquer referência ao trabalho dos mutirantes na obra, nem mesmo no pagamento das parcelas do financiamento. Este trabalho também não pode ser transformado inteiramente (a não ser como diminuição de custos) em compensação financeira com a diminuição dos valores pagos pelas famílias dos mutirantes-moradores.

Ainda às voltas com pendências e controvérsias jurídicas, a diretoria da associação de moradores está hoje empenhada em regularizar o conjunto, para transformá-lo em condomínio. Os moradores do conjunto já estão pagando IPTU regularmente mas no cálculo da área a pagar estão computadas as áreas verdes, áreas institucionais, ruas internas e passagens de pedestres, uma vez que a gleba inteira não foi desmembrada e, portanto, as áreas não-residenciais não foram doadas ao poder público.²² Por um lado, os moradores reconhecem que é injusto pagarem imposto por uma área que, em verdade, não é só deles, mas de uso coletivo. Por outro, a preocupação com as possíveis ocupações das áreas livres deixa-os receosos e em estado de alerta contra qualquer eventualidade (ocupações por ou-

22 A associação é proprietária da gleba inteira, e cada um dos associados-moradores quando ingressa na associação e no mutirão paga uma cota para quitar esta despesa. O terreno inteiro foi hipotecado como bem para garantia do financiamento das primeiras cem unidades no contrato com a CEF. Sem a regularização fundiária não é possível suspender a hipoteca do terreno e encerrar definitivamente o contrato. Para regularização é também necessária a quitação dos débitos com o INSS. Dentro deste *imbroglio* jurídico a associação de moradores busca hoje regularizar a situação fundiária do conjunto e conseqüentemente a propriedade das casas. Deste esforço estão participando a prefeitura, CEF, a associação e sua equipe de assessoria técnica.

tras parcelas da população). Além disso, a manutenção da área livre ficaria prejudicada, segundo eles, se permanecer sob responsabilidade do governo municipal.

Esta tensão permanente entre o reconhecimento de uma dimensão pública presente e necessária na vida do conjunto e a percepção da incapacidade do poder público em responder a suas demandas legítimas, diante da invisibilidade daquele pedaço da cidade, monta um cenário no qual as dimensões “privatistas e privatizantes” se encrustam na vida coletiva, ganhando vulto, legitimando-se como forma possível de contraposição da população às agruras cotidianas. Neste processo, ganha destaque um discurso “comunitarista” que corrói por dentro a legitimidade das representações políticas, bem como as questões e fóruns com perspectiva de universalização de direitos e medidas públicas.

Acresce-se a esta teia de tensões o fato de Diadema estar no ABCD paulista, berço do movimento operário organizado, da face pública da classe trabalhadora, fato que reverbera na própria composição da associação de moradores. Percebemos nestes coletivos os vestígios de trajetórias de vida marcadas pela presença de emprego industrial e de uma atividade sindical mais enraizada na prática e na história de parte significativa dos mutirantes. As mutilações nos corpos resultantes do trabalho fabril, o “tô encostado no INPS”, as histórias de sindicatos, as greves de categoria nas conversas do almoço, que também transparecem nas falas dos mutirantes nas assembleias e reuniões revelam o enraizamento de uma experiência de organização sindical e política que estrutura a maneira como a associação e seus membros se relacionam com os outros sujeitos em sua história de conquista da casa própria. Arriscaríamos dizer, inclusive, que estrutura a forma “mais independente” de se relacionar com os agentes de assessorias técnicas. Indício disto é a ausência da reclamação constante de abandono da assessoria técnica com o fim da obra, queixa muito presente em outras obras como, por exemplo, a União da Juta.

No Cazuzu podemos ouvir no discurso da organização autônoma os ecos de uma experiência sindical que se combina com a presença tensa de uma outra experiência, que, em nome do direito público à moradia, acaba por ser capturada por aspectos privatizantes que a tornam invisível. Na União da Juta, por sua vez, é possível apreender uma estranha combinação entre um discurso de reivindicação do direito à moradia, e, portanto, um forte acento político da atuação desta associação e sua forma de expressão pública, e uma prática de associativismo comunitário que transforma por dentro a face pública da construção de espaços coletivos, excluindo aqueles que construíram os equipamentos comunitários, os mutirantes-moradores, do acesso ao seu uso e gestão.

A União da Juta é um conjunto de 160 apartamentos financiados pelo governo do Estado através do Programa UMM, localizado na Fazenda da Juta, zona leste de São Paulo. À época de seu início, a Fazenda da Juta era o “fim do mundo”, terra onde ninguém do movimento queria morar, ainda mais quando comparado com outro conjunto em negociação no mesmo período, localizado ao lado da estação Belém do metrô.²³ Nesta “terra de ninguém” que era a Juta, hoje estão localizados mutirões financiados pelo governo estadual, conjuntos resultantes de empreitada global, os “paliteiros”, os mutirões da prefeitura, enfim, uma diversidade de experiências habitacionais que foram sendo construídas lado a lado naquele terreno vazio, sem infra-estrutura urbana nem equipamentos públicos.

A diretoria da associação de moradores da União da Juta, durante toda a construção do conjunto, manteve uma atitude que buscava integrar aquele conjunto, ainda em formação, com o entorno. Desde a ocupação dos prédios vizinhos por um grupo de sem-teto sem ligações com a UMM, o relacionamento da União da Juta com seus vizinhos procurava integrar-se ao bairro, entendendo que era preciso construir laços entre os futuros

23 O texto de Edson Migusko e Joana Barros (2000) recupera, em detalhes, a história da União da Juta e da Fazenda da Juta.

e antigos moradores. Um traço solidário também se sobressaía no apoio às lutas dos outros grupos que aí se instalavam, na contramão de uma atuação política marcada pela tentativa de constituição de uma posição hegemônica por parte deste movimento de moradia sobre outros grupos e/ou outros possíveis moradores. Talvez esta solidariedade esteja vinculada à percepção da necessidade de se aproximar daqueles “invasores” e dos “malandros”²⁴ que vieram com a ocupação gradativa da Juta, que figuraram nas falas dos mutirantes e das lideranças como uma ameaça constante e estrangeira, advinda dos envolvidos com o crime, como o espectro responsabilizado pela violência e pela insegurança.

Ainda que permeável à entrada e ao convívio com os “outros”, “os de fora”, a União da Juta é quase um implante naquele imenso terreno da antiga fazenda. Graças a financiamentos de cooperação internacional, da Igreja e de convênio com o poder público municipal, a associação conseguiu viabilizar o funcionamento de alguns equipamentos comunitários. O conjunto tem hoje uma creche conveniada, uma padaria comunitária, atende jovens em programas de formação profissional, crianças em recreação, além de abrigar as atividades da própria associação, ainda que, hoje, em menor volume. Todas estas atividades são desenvolvidas nos edifícios construídos com mão-de-obra mutirante durante a obra do conjunto e com recursos que os moradores pagarão nos seus financiamentos individualizados. Estes edifícios, três galpões que foram ampliados posteriormente, abrigaram durante a obra as atividades da associação, as assembléias, as reuniões de coordenação, as festas coletivas e algumas dos próprios mutirantes (batizados, casamentos). Nos galpões também funcionavam toda a administração da associação e da obra, a cozinha comunitária nos fins de semana e a creche do mutirão.

Todas estas atividades “extras” sempre foram discutidas e negociadas com os associados da União da Juta, mas não sem tensões. Alguns dos moradores, desde a obra, reclamavam da intensa atividade comunitária desenvolvida pela associação e do “privilegio dos de fora” em usufruir destes equipamentos que os mutirantes estavam construindo. Com o final da obra e a mudança dos moradores para o conjunto estas tensões aumentaram, chegando a ser espacializadas por uma grade – colocada pelos próprios mutirantes – entre a área comunitária onde se desenvolvem estas atividades e a parte residencial propriamente dita.

Na esteira da desresponsabilização do Estado e do desmanche das políticas públicas e dos direitos sociais em curso no País ao longo dos anos 90, o discurso de autonomia popular em relação ao poder público revela tragicamente uma visão de “desnecessidade do público”²⁵ e, em última instância, do Estado. Este discurso é ratificado pela experiência concreta dos trabalhadores e revela ainda a idéia segundo a qual a população poderia fazer tudo por si mesma. A teia de financiamentos internacionais e da Igreja dão sustentação e comprovação empírica ao sentimento de “desnecessidade do público”, uma “subjetividade antipública” no seio da população pobre, bem como deslegitima toda e qualquer participação política que não a de orientação “basista e assembleísta”, desconsiderando e descredenciando as formas de representação política. As práticas e experiências de autonomia e de solidarismo dos movimentos sociais encontram, depois de duas décadas, sua face perversa e seu avesso. Os projetos sociais financiados pelo Estado, e programas comunitários de todos os tipos para populações em situação de risco são saudadas e premiadas (simbolicamente e também financeiramente), sem que a crítica a este processo de anulação da política encontre lugar entre os próprios sujeitos políticos (movimentos sociais, suas assessorias, parte da Igreja comprometida com estes movimentos, partidos de esquerda e mesmo intelectuais) para sua expressão. Este conjunto de práticas diante da miséria,

24 Na Fazenda da Juta se instalou uma rede bastante grande de crimes, notadamente roubo e desmanche de carros e tráfico de drogas. Muitos crimes, acertos de conta entre traficantes e mesmo enfrentamentos com a polícia, acontecem cotidianamente. Os moradores da União da Juta, mas não só eles, referem-se a esta situação como algo que está fora do seu universo de relações, quando, na verdade, constata-se uma permeabilidade grande entre estes “dois mundos”, inclusive alguns dos moradores da União têm passagem pela polícia e envolvimento com crime, sobretudo com consumo e pequeno tráfico de drogas.

25 A expressão é de Francisco de Oliveira (1999).

carências e necessidades da população trabalhadora se justificam e se dramatizam, mas tem como preço a impossibilidade da emergência legítima de conflitos no interior das próprias experiências em curso e a impossibilidade de configuração de uma cena pública na qual a esfera das necessidades possa ser discutida como algo que diga respeito ao conjunto da sociedade e ao conjunto da esfera da política.

POLÍTICA HABITACIONAL E DEMOCRATIZAÇÃO: ENCONTROS ENTRE SOCIEDADE CIVIL E ESTADO

As questões acima formuladas nos remetem à análise dos contextos recentes em que se discutem as articulações, mobilizações e práticas que se encontram hoje no território das concepções e articulações reunidas sob o conceito ou noção de *sociedade civil* no Brasil.²⁶ Algumas das noções e idéias presentes nestas reflexões podem ajudar a compreender as relações entre políticas de habitação centralizadas no Estado, as práticas que as contestaram no horizonte da autonomia e das dimensões emancipatórias, assim como seus mecanismos de absorção pelo âmbito das políticas oficiais, de um lado, e suas práticas de construção das formas de pertencimento, de novos eixos de sociabilidade, de dimensões que politizam a questão da habitação social, por outro. Trata-se de um feixe complexo de processos de sentidos múltiplos, com inscrições diversas no tempo e no espaço, isto é, diversas entre os anos 70, 80 e 90; e diversas em contextos urbanos distintos, de acordo com a composição e articulação de seus atores.

O primeiro elemento importante nesta problematização destaca um tema clássico da reflexão brasileira, passível de ser reconhecido pelo menos desde Sérgio Buarque de Holanda. Trata-se de um conjunto de relações bastante complexas e recentemente instabilizadas, entre Estado e Sociedade Civil. Alguns autores, entre os quais Dagnino, caracterizam estas relações a partir da noção de *encontro*, cujo cenário se constitui desde os processos de democratização que marcaram os anos 80. Também é nesta década que teria tido lugar uma revitalização da sociedade civil – “com o aumento do associativismo, a emergência de movimentos sociais organizados, a reorganização partidária” inseridos no debate sobre a natureza e as possibilidades da democracia no Brasil – assim como pela própria democratização do Estado, marcados pela Constituição de 1988.

Há, assim, como pressuposto, a idéia de que as tensões e antagonismos entre Estado e Sociedade Civil, característicos do período da ditadura militar, teriam cedido lugar para “uma postura de negociação” para “uma aposta na possibilidade de uma atuação conjunta, expressa paradigmaticamente na bandeira da ‘participação da sociedade civil’”. Ainda que apontando para as diversidades que perpassam campos que se constituem por e nesta postura de negociação, tanto no âmbito do Estado como no da sociedade civil, trata-se de um *pressuposto de democratização real das relações sociais e de suas dimensões de poder*, que instala heterogeneidades importantes no âmbito “dos atores, interesses e posições políticas” (Dagnino, 2002, p.13). Os anos noventa trariam a possibilidade de uma atuação conjunta entre Estado e Sociedade Civil, inédita na história brasileira, cuja avaliação não parece tarefa de simples execução.

Ora, é possível considerar que os mutirões autogeridos são um destes momentos de “encontro” entre os atores – mais ou menos organizados em movimentos por habitação –, entre suas articulações e assessorias, por um lado, instituições e órgãos de financiamento público e instâncias governamentais, por outro. A produção de moradias e de territó-

26 Uma boa amostra destes processos pode ser encontrada no livro de Evelina Dagnino (2002), publicado recentemente, como resultado de um trabalho conjunto que atravessa campos e objetos de investigação diversos entre si.

rios da cidade, baseada na autogestão de recursos escassos, ainda presos portanto na esfera da necessidade, se articularia com o processo de politização da carência e com a autonomização crescente do processo de construção “comunitária”, novas relações sociais, formas de solidariedade e de trabalho cooperativo, formas de pertinência aos movimentos e, finalmente, novos modos de ler e de viver a cidade. Algumas questões se colocam a partir destes processos considerados virtuosos.

A primeira questão é questionar se o argumento da Crítica da Razão Dualista ainda está de pé em todas as suas conseqüências. Um percurso por seus pressupostos, assim como por algumas de suas decorrências parece assim ser necessário, mais uma vez, no mínimo como exercício crítico. Se é verdade que a crítica empreendida por Francisco de Oliveira às formas sociológicas e econômicas de pensar e problematizar a modernização, inspiradas no desenvolvimentismo, tem por base uma teoria da acumulação do capital em suas especificidades nas periferias do capitalismo, também é fato que o autor estava preocupado em aproximar ou reaproximar as esferas econômicas e políticas em suas injunções. Assim, por redesenhar o cenário brasileiro a partir das dimensões da acumulação, a questão do trabalho e de suas formas, e seus modos de combinação são centrais no interior desta reflexão, mas também fora dela. Isto é, as dimensões do trabalho e de suas formas de cooperação aparentemente herdadas dos modos arcaicos de produção, do trabalho tal como de fato se constituía em suas formas arcaicas e modernas, teriam inspirado toda a reflexão sobre o saber popular, a “desierarquização” das práticas que se conformavam com a divisão do trabalho, a imagem do mutirão como laboratório-escola ou como laboratório do futuro.

As novas formas de legitimação destes encontros entre atores (associações de moradores e assessorias) e Estado, ainda que “autogeridos” e, nesta medida, mais autônomos em relação às políticas e programas oficiais, ao destituir a crítica, deslocam ou nublam tanto as injunções provenientes da dinâmica da reprodução e acumulação do capital como as dimensões do trabalho. Quais seriam seus resultados, quando suas práticas se descolam das dimensões de emancipação para a da provisão de habitação, na forma de mutirões autogeridos?

Algumas indicações bibliográficas permitem afirmar, apesar da necessidade de novas verificações empíricas, que o trabalho de construção por mutirão, mesmo nos casos em que se contrata trabalho externo à “comunidade”, além de supor o uso de recursos destinados pelo Estado, isto é, fundos públicos (embora em alguns casos, haja também verbas advindas da cooperação internacional) se estrutura de modo estritamente hierárquico, dependendo dos saberes técnicos das assessorias que determinam a estrutura, o modo, o ritmo, a divisão das tarefas a serem cumpridas, nos limites da escassez, elemento determinante do uso do trabalho dos futuros moradores. Além disso, apesar de freqüentemente estes mutirões se localizarem em territórios ocupados pelos movimentos de moradia, eles acabam por ratificar a produção de habitações em territórios periféricos, distantes dos serviços urbanos, localizados nos limites das cidades, onde ainda é possível encontrar terrenos disponíveis. O exemplo das injunções e problemas advindos do uso do trabalho gratuito na construção de um dos conjuntos analisados parece atestar o que se pode denominar como a “nulidade pública” desta atividade e de seus tempos, na medida da impossibilidade de seu reconhecimento formal e institucional por não ser contabilizável, impedindo qualquer cálculo para efeito de recolhimento do INSS que a ele corresponderia. Este trabalho invisibilizado, opaco, não-contabilizado pelo ângulo de seu reconhecimento, entretanto, é parte do cálculo do Estado, que viabiliza a construção de moradias para

a população de baixa renda, pelo uso de seu próprio tempo e de sua própria força de trabalho, calculada, por um lado, e invisível, por outro.

Ainda é possível acrescentar uma das importantes dimensões do caráter autogerido na produção de moradias: trata-se das dimensões de controle social do uso dos fundos públicos no interior da política e dos investimentos em habitação social.²⁷ Note-se porém que esta dimensão não é inseparável do uso do trabalho dos mutirantes-moradores, como atesta a idéia de reforçar a autogestão economizando, sempre que possível e na medida do possível, o uso do trabalho gratuito.

Também não é incomum a dissolução dos laços constituídos no período de mobilização e engajamento, assim como no período da construção que se esfacelam em um conjunto importante de conflitos internos, em territórios isolados, violentos e murados, com problemas de inadimplência em relação aos órgãos financiadores, assim como com problemas internos que chegam a impedir a continuidade da organização dos moradores para as tarefas e os espaços comuns.

Obviamente estes processos de “desmanche” dos vínculos e formas de pertinência, bem como das práticas que teriam constituído as redes de sociabilidade que conformam as “comunidades” são solidários com as novas formas do trabalho e do desemprego, oculto e aberto, assim como com as especificidades deste outro momento de financeirização do capital, dos novos modos de intervenção do Estado nos territórios urbanos, de novas formas de gestão e de controle destas populações, de novas formas de trabalho e de mercado de trabalho para as assessorias, elementos-chave para este tipo de produção, o que redundava freqüentemente em substituição dos movimentos pelas assessorias, quando não em roubo da fala dos movimentos e associações pelos técnicos.

Mais uma vez, apesar da presença de instâncias e formas de negociação entre setores organizados da sociedade civil e Estado, pode-se questionar o conteúdo democratizante destes encontros, e de seus resultados, que superaram a provisão de habitação de custos reduzidos graças ao trabalho dos moradores que obtiveram parcelas de fundos públicos para sua execução. Trata-se de perguntar ainda sobre a natureza da relação destes territórios com a cidade, em particular com a metrópole e seu poder de diluição, dispersão. A questão é tão mais relevante quanto mais se questionam as dimensões de urbanidade e do acesso à cidade e à ordem urbana – em particular na cidade de São Paulo – e quanto mais se pode, por hipótese, supor que apesar de todas as dimensões emancipatórias e autônomas que são reafirmadas pelos movimentos de moradia e pelas assessorias, investidas do caráter de ONGs, não se acaba por gerar outra forma de combinação entre ação do Estado e mercado (de terrenos, de trabalho, como ação que ratifica e/ou aprofunda a estratificação socioespacial) sobre a cidade, ação cujo potencial de diluição das dimensões públicas e urbanas é enorme e, acima de tudo, passível de legitimação e aceitação pelos atores envolvidos.

Assim, é possível que, para além das “boas práticas”, tanto os mutirões resultantes dos programas e políticas oficiais como os mutirões autogeridos possam iluminar aspectos interessantes deste movimento que, na passagem dos anos 80 para os 90, transformaram as promessas de democratização em novas formas de fusão entre controle, gestão, mercado e Estado. Também seria preciso perguntar sobre as dimensões virtuosas destes instrumentos, práticas e territórios. Talvez aqui também, possam ser elaboradas algumas de suas dimensões.

Pode-se afirmar com boa margem de certeza que a maior parte do déficit habitacional brasileiro diz respeito às camadas que têm renda familiar de zero a cinco salários mínimos.²⁸ Sabe-se também que, a partir de 1995 houve uma importante migração de

27 Ver, a este respeito, Will Robson Coelho, 2002. Neste trabalho, o autor mostra, com base nos dados da Fundação João Pinheiro, um crescimento impressionante do déficit habitacional no Sudeste, entre os anos 1990 e 2000. Este número passou de 1.889.899 em 1991 para 2.339.954 em 2000, apesar dos vultosos investimentos em habitação popular, pelo menos no Estado de São Paulo. Esclareça-se que mais da metade do déficit, como se sabe, se concentra na faixa de renda de zero a cinco salários mínimos.

28 Cf. dados da Fundação João Pinheiro, citados por Will Robson Coelho (2002).

recursos do FGTS para a moradia de camadas médias da população brasileira, tendência que segue os padrões de investimento das construtoras e incorporadoras. De fato, a questão da moradia ganha dimensões inusitadas, de modo que a transformação das demandas sociais por moradia à luz dos direitos – o direito à moradia digna – acabou ficando com parcelas de recursos que buscaram compatibilizar a produção de moradias com as baixas rendas de camadas importantes da população, vulnerabilizadas por situações de desemprego e trabalho temporário, ou precário, configurações cada vez mais freqüentes do mercado de trabalho, ao longo dos anos 90. A questão da moradia ganha então contornos de uma importante demanda e de eixo central da sobrevivência pessoal e familiar nas grandes cidades. É nestas dimensões que todo um conjunto de políticas se articulou, produzindo: 1) habitação de baixa renda, que, em uma combinação bastante inusitada, capturou parcelas inteiras dos movimentos por moradia para a esfera da política estatal combinada com novas formas de clientelismo e de favor e com poderosos mecanismos de mercado – fundiário e das indústrias da construção civil, dos grandes conglomerados de vendas de materiais de construção; 2) territórios da cidade, por um momento constituídos por comunidades de referência e de pertencimento, que em seguida se dissolvem em meio às dificuldades de pagamento da amortização, às dificuldades de manutenção da moradia e dos espaços comuns, aos conflitos entre moradores, à ausência das assessorias, ao enfrentamento direto e individual entre os moradores e as agências de financiamento.

Mesmo assim, nesta combinação entre carências e escassez de recursos, não é possível menosprezar nem os movimentos de moradia, nem a produção de habitação social por mutirão, ainda que seja necessário perceber e analisar criticamente suas dimensões e seus resultados. O mote “ter uma casa é melhor do que não ter nenhuma” permite circunscrever os mutirões autogeridos na esfera das carências e das necessidades e na fugacidade das “comunidades de pertinência”, que se constituem tanto nos movimentos reivindicatórios, como nos processos de construção das moradias, o que acaba por justificar todas estas práticas, remetendo-as ao fato de que talvez esta fosse a única forma de provisão possível de habitação social para as camadas de baixa renda (com renda familiar até cinco salários mínimos). Também é possível perceber em alguns casos os índices de uma experiência de politização e de organização em lideranças, ou mesmo entre setores “da base” da associação de moradores, o que permite antever um conjunto de sentidos que não vale a pena descartar de antemão, já que, tendo como berço a construção de comunidades de referência constituídas pela falta, permitem a construção de trajetórias que alçam à esfera da política um conjunto de militantes dos movimentos. Não sem dilemas, nem sem ambigüidades, é possível que toda uma gama de participantes de alguns partidos políticos, como o Partido dos Trabalhadores, tenha se constituído com a criação destas “comunidades” de referência, que acabam por se configurar em canais que conduzem da experiência imediata à politização e publicização da ação. Talvez este elemento não seja suficiente para caracterizar o “caráter virtuoso” e democratizante dos mutirões autogeridos – e, menos ainda, dos territórios que eles constituem, que se caracterizam por um caráter periférico e precário, hábil e legitimamente administrados, lugares onde o acesso e o direito à cidade estão garantidos pela propriedade de uma unidade habitacional em amortização.

Talvez seja ainda possível apontar a natureza destas práticas como síntese de longos processos – a democratização da sociedade brasileira ao longo dos anos 80; as novas formas e relações entre Estado e sociedade civil, neste caso visivelmente “onguizada” pela mediação de assessorias; o uso de recursos oriundos de fundos públicos, financiando novas formas de intervenção do Estado no tecido urbano; as práticas de produção das mo-

radias, que passam por uma intensificação e extensão da jornada semanal ou mensal de trabalho; a produção do trabalho no canteiro propriamente dito; os chamados programas de “geração de emprego e renda”, que freqüentemente acompanham a produção das unidades habitacionais; a gestão autônoma da escassez de recursos, assim como os expedientes que permitem, caso a caso, que ela seja driblada; a possibilidade de democratização do desenho e do projeto; a economia de custos da produção de habitação social; o fazer e o desfazer das “comunidades” que se ordenam em associações de moradores; todos estes elementos podem conduzir à riqueza de dimensões, de sentidos, de suas transformações, em uma “síntese negativa”, cuja crítica emudeceu, diante da urgência da sobrevivência, diante da calamidade da necessidade e diante de formas de articulação que apontam para novos modos de administração e de controle destas populações e de seus movimentos e articulações.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Interessa ainda buscar articular de que modo estes processos, que se plasmam nos mutirões autogestionários, característicos dos momentos aparentemente democráticos e supostamente virtuosos, podem estar repondo as velhas formas da sociabilidade política brasileira, assentada no favor e na proximidade, ainda que desprovidas do caráter integrador do passado e do desejo de autonomia dos movimentos sociais, característico dos anos 80. Trata-se de fato de um “encontro” entre sociedade civil e Estado através desta constelação de atores em rede ou em parceria? O que sobra das comunidades que se constituem na construção e uso destas habitações? Curiosamente, as esferas de interlocução e negociação, assim constituídas, se articulam e se conformam como sociedade civil, ou talvez como “encontros” virtuosos entre a sociedade civil e o Estado, o que permite questionar a noção mesma de sociedade civil tal como se desenha, isto é, como lugar e como articulação democrática e horizontalizada dos vários fóruns e atores pelo associativismo e ativismo civil.

Quando as esperanças do desenvolvimentismo chegaram ao fim, ao longo dos anos 70, as perspectivas da democratização brasileira começaram a se desenhar pela constituição de uma sociedade civil que se fundava não a partir do associativismo civil, nem de organizações não-governamentais investidas da roupagem virtuosa da capacitação técnica e política, mas da presença surpreendente de uma novidade que tinha no movimento sindical seu principal protagonista, problematizando no centro desta cena pública as figuras e as formas do trabalho e a presença dos trabalhadores. O que marca a discussão dos anos 90, paradoxalmente, é o desaparecimento destas formas e destas figuras do trabalho, substituídas pelo ativismo e associativismo, pelo “comunitarismo”, pelas parcerias e por todo um conjunto de novos modos de interlocução e negociação que podem democratizar e publicizar processos, ao mesmo tempo que conformam outras formas de controle e de gestão, crescentemente legitimadas por seu caráter virtuoso, de administração das esferas da necessidade que aparecem como a única alternativa, que se desenharam como espaços democráticos e democratizantes, ali mesmo onde a política (pensada como dissenso, como reinvenção de lugares e de falas, como ação que desafia as prescrições consagradas) criada de competências técnicas e de cálculos de eficiência, pode ter deixado de existir.

Cibele Saliba Rizek é professora do Departamento de Arquitetura da EESC-USP e pesquisadora do Cenedic/USP.

Joana Barros é mestranda em Sociologia na FFLCH/USP.

Marta de Aguiar Bergamin é mestre em Sociologia pela FFLCH/USP.

Artigo recebido para publicação em setembro de 2003.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANTES, P. “Arquitetura Nova. Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre”. Trabalho de Graduação apresentado à FAU/USP. 2000. (Mimeo.)
- BRANDT, V.; KOWARICK, L. et alli. *São Paulo 1975, crescimento e pobreza*. São Paulo: Edições Loyola, 1979.
- BUZZAR, M. A. *Rodrigo Lefèvre e a idéia de vanguarda*. 2002. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
- COELHO, W. R. *O déficit das moradias: instrumento para avaliação e aplicação de programas habitacionais*. 2002. Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo.
- DAGNINO, E. *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- KHOURY, A. P. *Grupo Arquitetura Nova*. 1999. Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo.
- MIAGUSKO, E.; BARROS, J. “Mutirão da Juta: do ‘fim do mundo’ à padaria comunitária”. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL: GESTÃO DA TERRA URBANA E HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL. Campinas, 2000. *Anais...* Campinas: Ed. PUC-Campinas/Instituto Pólis/Lincoln Institute of Land Policy, 2000.
- OLIVEIRA, F. de. (1972) “Economia brasileira: crítica à razão dualista”. *Estudos Cebrap*, São Paulo, n.2, p.3-82, 1972.
- _____. “Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal”. In: OLIVEIRA, F.; PAOLI, M. C. (Org.). *Os sentidos da democracia*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- RIZEK, C. S. “Sociedade civil e espaços públicos no Brasil: um balanço necessário”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.18, n.51, p.161-5, fev. de 2003.
- SADER, E. *Quando novos personagens entram em cena*. São Paulo: Paz e Terra, 1990.
- TURNER, J. *Vivienda. Todo el poder para los usuarios*. Madri: H. Blume, 1977.

A B S T R A C T *This article searches a discussion about social housing production through the practices of the mutirões, emphasizing a process that changed the character of social housing policies and political practices between the decades of the 80's and 90's. It argues how the conceptions of autonomy and emancipation of civil society and social movements during the period of Brazilian dictatorship government in the 70's changed into policies that justify practices of non-paid work in the production of houses supported by public funds that can be seen as an administration of precariousness and misery, instead of policies of autonomy and emancipation.*

K E Y W O R D S *Self-managed housing practices; housing policies; social rights.*